

ORGANIZADOR:
LUCIANO SOUTO DIAS

AUTORES:

Adamor Ferreira Cruz Junior
Alexsandrina Ramos de Carvalho Souza
Amarildo Lourenço Costa
Amaury Silva
Ana Júlia Rodrigues Oliveira
Charles Cesar Couto
Denilson Mascarenhas Gusmão
Diogo Abineder Ferreira Nolasco Pereira
Elias Dantas Souto
Fernanda Furtado A. Machado D'Oliveira Costa
Geraldo Lafaiete Fernandes
Giselle Santos Couy Darowish
Jéssica Galvão
João Guilherme Gualberto Torres
José Barbosa Neto Fonseca Suett
José Luciano Gabriel
Júlia Ana Cerqueira Fatel Cruz

Lucas Pereira Cunha
Luciano Souto Dias
Marina Carvalho Souza Côrtes
Mário Cesar da Silva Andrade
Mirian Célia Gonçalves de Almeida
Nathália Roberta Fett Viana Medeiros
Renata de Lima Rodrigues
Renata Fávero Singui
Ricardo Gueiros Bernardes Dias
Rodrigo Miranda Pereira
Ronaldo Marinho
Sara Edwrigens Barros Silva
Teodolina Batista da Silva Cândido Vítório
Thaila Fernandes da Silva
Tiago Farias Braga
Wesley Wadim Passos Ferreira de Souza

REPERCUSSÕES DA
PANDEMIA COVID-19
NO DIREITO BRASILEIRO



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

Repercussões da Pandemia COVID-19 no Direito Brasileiro

© Org.: Luciano Souto Dias

J. H. MIZUNO 2020

Revisão: Luciano Souto Dias

1176593

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D541r Dias, Luciano Souto.
 Repercussões da pandemia COVID-19 no direito brasileiro / Luciano Souto Dias. – Leme, SP:
 JH Mizuno, 2020.
 440 p. : 16 x 23 cm

ISBN 978-65-5526-040-3

1. Coronavírus – Brasil. 2. Direito. 3. Epidemias. I. Título.

CDD 344

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

JH MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br

e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

Direito Constitucional e Direitos Humanos

CAPÍTULO 1

Direito sob Quarentena? Reflexões sobre a Liberdade de Locomoção em Tempos de Pandemia	11
1 Quarentena, Isolamento Social e o Fetichismo do Conceito: Uma Fala Introdutória a Título de Provocação	11
2 Bens Jurídicos Tutelados, Legalidade e Proporcionalidade	13
3 Uma Hermenêutica Constitucional Nova: o Princípio da Concordância Prática e o Caminho da Harmonização	18
4 Notas Conclusivas	24
Referências	25

CAPÍTULO 2

Convergências e Antagonismos entre Economia e Direito à Saúde em Razão do Distanciamento Social no Período da Pandemia	27
1 Introdução	28
2 O Distanciamento Social como <i>Prima Ratio</i> e Não como <i>Ultima Ratio</i> na Guerra Contra o Coronavírus a Luz da Medicina	30
3 A Escassez, o Fluxo Circular da Renda e a Covid-19	37
3.1 Uma Breve Lição, em Números, Sobre as Despesas do Governo com o Setor de Saúde	41
4 O Contágio Letal o Direito à Vida e da Dignidade Humana pelo Novo Coronavírus: Convergências e Antagonismos entre Direito e Economia	46
5 Conclusões	56
Referências	59

CAPÍTULO 3

Jurisdição Constitucional e Covid-19: Análise da Competência Comum dos Entes Federativos	63
1 Introdução.....	64
2 A Decisão da Medida Cautelar Requerida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6341	66
3 A Decisão da Medida Cautelar Requerida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Nº 672	69
4 A Competência Comum dos Entes Federativos Quanto aos Cuidados com a Saúde	71
5 O Dilema das Técnicas de Jurisdição Constitucional Utilizadas pelo Stf no Julgamento das Medidas Cautelares nas Adi Nº 6341 e Adpf Nº 762.....	75
6 Reflexões as quais a História se Encarregará	79
7 Conclusão.....	80
Referências	83

CAPÍTULO 4

As Restrições às Atividades Religiosas no Período da Pandemia de Covid-19: Reflexões e Apontamentos Jurídicos	85
1 Introdução.....	85
2 Liberdade Religiosa e as Restrições a seu Exercício no Contexto da Pandemia de Covid-19.....	87
3 A Importância das Religiões em Tempos da Pandemia de Covid-19.....	93
4 Superstição e Charlatanismo Versus Experiência Religiosa no Contexto da Pandemia de Covid-19.....	98
5 Conclusão.....	101
Referências	103

CAPÍTULO 5

O Direito de Dizer Adeus nos Tempos do Coronavírus	105
1 Introdução.....	105
2 O Direito de Dizer Adeus e Dignidade da Pessoa Humana	109
3 A Ponderação de Direitos Fundamentais	111
4 Conclusão.....	113
Referências	115

CAPÍTULO 6

Implicações Psicojurídicas do Distanciamento e do Isolamento Social em Razão do Coronavírus	117
1 Introdução.....	117
2 A Psicologia Diante da Pandemia do Covid-19	118
3 Psicologia - Orientações para o Manejo do Estresse - um Estudo Comparado entre Psicologia e o Filósofo Sêneca	120
4 Conclusão.....	125
Referências	127

Direito Civil, Família, Contratos e Mediação**CAPÍTULO 7**

O Exercício do Direito de Convivência entre Pais e Filhos a Partir do Período de Distanciamento Social em Razão da Pandemia da Covid-19	131
1 Introdução.....	131
2 A Convivência Familiar no Período da Pandemia	133
3 Considerações Finais	145
Referências	147

CAPÍTULO 8

Aspectos Jurídicos e Contornos Socioeconômicos do Coronavírus: Desafios Pós-Pandemia	149
1 Introdução: A Pandemia como Evento Paradigmático	149
2 Contornos Socioeconômicos: Concentração, Desigualdade e Vulnerabilidade.....	154
3 Aspectos Jurídicos: Desafios de Regulamentação e Compatibilização	158
4 Considerações Finais	164
Referências	167

CAPÍTULO 9

Os Impactos da Pandemia da Covid-19 nos Contratos de Locação: Reflexões à Luz da Teoria da Imprevisão e da Principiologia Contratual Contemporânea	171
1 Introdução: o Impacto da Pandemia nas Relações Privadas.....	171
2 A Intervenção do Estado nas Relações Privadas no Brasil e os Fundamentos para uma Intervenção Extraordinária Durante a Pandemia	174
3 Princípios Contratuais e a Teoria da Imprevisão	177
4 Os Efeitos da Pandemia nos Contratos de Locação de Imóvel Urbano	181

5 Considerações Finais.....	192
Referências	193

CAPÍTULO 10

A Mediação Diante do Inadimplemento de Obrigações Contratuais em Razão da Pandemia	195
1 Introdução.....	195
2 Preceitos Legais que Regem as Obrigações Contratuais.....	196
3 Preceitos Legais Pertinentes ao Reconhecimento de um Estado Especial em Razão da Pandemia Covid-19.....	198
4 A Mediação como Forma de Solução de Conflitos Envolvendo Inadimplemento de Obrigações Contratuais.....	200
5 Conclusão.....	210
Referências	213

Direito Eleitoral

CAPÍTULO 11

Direito Eleitoral: Atualização Midiática da Comunicação Eleitoral e o Panóptico como Logística das Eleições em Época da Covid-19.....	217
1 Introdução.....	217
2 A previsão das Eleições Municipais.....	219
3 A Pandemia como Fator de Comprometimento das Eleições	221
3.1 O Risco de Adiamento.....	221
3.2 A Natureza e a Temporalidade dos Obstáculos	222
3.2.1 A Solução Quanto ao Funcionamento do Cadastro Nacional de Eleitores.....	223
4 As Relações Entre o Campo Político e o Midiático.....	225
4.1 A Comunicação Eleitoral	227
4.2 Propaganda e Debate	228
5 As Medidas Sanitárias de Combate à Propagação da Covid-19.....	230
6 A Atualização da Campanha Eleitoral.....	232
6.1 Debates Eleitorais na Convergência Midiática.....	233
6.2 Redução das Modalidades que Agudizam o Risco de Contágio.....	234
7 A Logística da Votação	235
7.1 A Contribuição do Panóptico	235
7.2 “Olho vivo”	236

7.3 Monitoração de Telefones Celulares	238
7.4 Respeito à Intimidade e Privacidade	239
8 Considerações Finais	240
Referências	243

CAPÍTULO 12

Eleições 2020 e Covid-19: É Possível Compatibilizar?	245
1 Introdução	245
2 Adiamento dos Prazos de Filiação, Alteração de Domicílio Eleitoral e Desincompatibilização	249
3 Convenções Partidárias sem Aglomeração	253
4 Eleições 2020	254
5 Conclusão	261
Referências	263

Direito do Trabalho, Previdenciário e Processual

CAPÍTULO 13

O Coronavírus e a Relação de Emprego: uma Análise das Medidas que Afetam Empregados e Empregadores	267
1 Introdução	267
2 O Empregado Frente a Necessidade de Isolamento Social Força da Pandemia	269
2.1 Medida Provisória 927/2020: Primeiras Medidas Trabalhistas Decorrentes dos Estado de Calamidade Pública	271
2.1.1 Teletrabalho ou <i>Home Office</i>	271
2.1.2 Antecipação de Férias Individuais	273
2.1.3 Férias Coletivas	275
2.1.4 Aproveitamento e Antecipação de Feriados	275
2.1.5 Banco de Horas	276
2.2 Medida Provisória 936/2020: Redução Proporcional da Jornada de Trabalho e do Salário e/ou Suspensão do Contrato de Trabalho	277
2.2.1 Redução Proporcional de Jornada e de Salário	278
2.2.2 Suspensão Temporária do Contrato de Trabalho	279
2.3 Medida Provisória 946/2020: Levantamento de Valores do Fgts	280
3 O Empregador e a Imposição de Fechamento ou Restrição de Funcionamento pelo Poder Público	280
3.1 Medida Provisória 927/2020: sua Utilização pelo Empregador	281

3.1.1 Suspensão de Exigências Administrativas em Segurança e Saúde no Trabalho	282
3.1.2 Diferimento do Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	283
3.2 Medida Provisória 936/2020: Pontos Essenciais a serem Cumpridos pelo Empregador	284
3.3 Medida Provisória 944/2020: Viabilização da Folha de Pagamento Durante Dois Meses pela União	286
3.4 O Fato do Príncipe: Seria o Caso de Aplicação em Decorrência do Fechamento Compulsório?	287
4 Conclusão.....	290
Referências	293

CAPÍTULO 14

A Ecloração da Pandemia Mundial pelo Covid-19 e o Fato do Príncipe - Considerações sobre o Art. 486 da CLT	297
1 Introdução.....	297
2 Fato do Príncipe, Teoria da Força Maior – Art. 486 da CLT	298
3 Relações de Trabalho e Vulnerabilidade	303
4 O Mercado de Trabalho e a Paralisação da Economia	304
5 Teoria do Caso Fortuito ou Força Maior – Arts. 393 do CC/2002 e 501 da CLT	306
6 Considerações Finais	308
Referências	311

CAPÍTULO 15

O Caráter Segregador da Covid-19 e suas Consequências Previdenciárias e Processuais no Âmbito da Justiça Federal.....	313
1 Introdução.....	313
2 A Previdência Social como Direito Fundamental.....	314
3 A Previdência Social e seus Beneficiários.....	316
4 Da Manutenção da Qualidade de Segurado por Segurados Acometidos pela Covid-19.....	318
5 Procedimentos Judiciais em Ambiente Pandêmico: Uma Contextualização Necessária..	321
6 Meios Alternativos de Coleta de Informações Técnicas Relativas a Incapacidade Laboral em Momentos de Distanciamento Social.....	324
7 Audiências por Videoconferência e suas Particularidades.....	331
8 Considerações Finais.....	332
Referências	335

Direito Digital

CAPÍTULO 16

Covid-19 e Inteligência Artificial: Repercussões no Direito e Potenciais Implicações	341
1 Introdução.....	341
2 Breve Introdução sobre os Conceitos e Aplicações da Inteligência Artificial.....	343
3 Interações entre a Pandemia de Covid-19, Inteligência Artificial e Direito	349
4 Considerações Finais	357
Referências	359

CAPÍTULO 17

Colegialidade e Tecnologia nos Tempos de Pandemia - Covid-19	361
1 Introdução.....	361
2 O Princípio da Colegialidade e os Julgamentos Tecnológicos	363
3 A Velha Problemática da Inobservância do Princípio da Colegialidade	367
4 A Mudança Paradigmática Empreendida pelo Código de Processo Civil	369
5 Conclusão.....	372
Referências	375

Direito Penal

CAPÍTULO 18

Pela Defesa de Um Direito Penal não Virulento em Tempos de Pandemia.....	379
1 Introdução.....	379
2 Sintoma 1: Direito Penal Como <i>Prima Ratio</i>	382
3 Sintoma 2: O Uso Arbitrário das Prisões e as Prisões Arbitrárias.....	391
4 Sintoma 3: A Suspensão de Direitos na Execução Penal	396
5 Considerações Finais	407
Referências	409

Direito Tributário

CAPÍTULO 19

Efeitos da Pandemia da COVID-19 no Direito Tributário	415
1 Introdução.....	416

2 As Principais Medidas de Impacto Tributário Adotadas no Brasil a partir da Pandemia da Covid-19	417
3 Breves Reflexões sobre o Impacto Tributário da Covid-19 no Brasil	421
4 O Projeto de Lei Nº 1.179/2020 e a Pandemia da Covid-19	428
5 Conclusões	430
Referências	433
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	435